

O POVO VAI ÀS RUAS

PETRÓLEO SOCIAL

Veja o que muda com projeto aprovado que prevê alteração na destinação dos royalties

COMO É A APLICAÇÃO DOS ROYALTIES HOJE

O dinheiro dos royalties dos atuais campos em produção só pode ser utilizado para

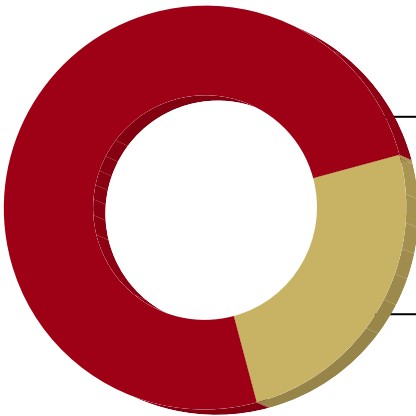
- INVESTIMENTO
- OBRAS
- INFRAESTRUTURA
- e pode envolver gastos com
- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- SEGURANÇA
- E OUTRAS ÁREAS



Os royalties não podem ser usados para pagamento de funcionários e para custeio da máquina pública, isto é, para pagar contas de telefone, luz e água, por exemplo.

COMO SERÁ A APLICAÇÃO COM O NOVO PROJETO

Dinheiro virá dos campos que entrarem em produção a partir de 03/12/2012, tanto na área de pré-sal como nos outros campos



União, Estados e municípios terão que aplicar

75% dos royalties em Educação

25% em Saúde

Não poderão utilizar para nenhum outro fim.

NO CASO DO ES

Novos campos descobertos no ano passado e que ainda não entraram em produção, mesmo não sendo da área de pré-sal, também terão seus recursos voltados para Educação e Saúde



A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

ROYALTIES: DINHEIRO NÃO VIRÁ SÓ DO PRÉ-SAL

Estado tem 3 novos campos que vão pagar Educação e Saúde

DE NISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

A proposta da destinação dos royalties e Participação Especial (PE) recolhidos dos campos de petróleo que entraram em produção a partir de 3 de dezembro de 2012 – 75% para Educação e 25% para Saúde – não deverá alterar a arrecadação dos Estados e municípios produtores referente aos blocos já em atuação. Isso significa que a receita do Espírito Santo e seus municípios será mantida.

Mas as novas descobertas de petróleo, no ano passado e recentemente, mesmo não sendo na área de pré-sal, já terão seus recursos vinculados exclusivamente à Educação e à Saúde. É o caso dos novos campos descobertos mais ao Norte do Estado, chamados Parques dos Doces, Deuses e Cachorros, e que ainda não tiveram sua comercialidade declarada.

Esta situação nova, criada pelos deputados durante a votação do projeto encaminhado pela presidente Dilma Rousseff dia 3 de dezembro do ano passado, será apreciada e votada no Sena-



RICARDO MEDEIROS - 27/05/2013

“Vamos analisar o projeto para ver o que pode ser mudado ou acrescentado quando chegar ao Senado”

RENATO CASAGRANDE GOVERNADOR

do. A presidente havia proposto 100% dos royalties para Educação, mas para os campos novos licitados a partir da data de chegada do projeto no Congresso.

Com as emendas feitas na Câmara, em votação apressada em função das manifestações em todo o país, dois itens foram alterados, em relação ao projeto presidencial: a destinação dos recursos passa a ser também para a Saúde; e a partir da declaração de comercialidade dos campos já licitados – mas que ainda não iniciaram a produção – mesmo que no pós-sal, terão esta destinação.

Especialista critica correria da votação

“Uma grande confusão. É como o economista e consultor em energia Adriano Pires avalia a situação depois de aprovada a proposta na Câmara para a destinação dos royalties. “O governo federal e o próprio Congresso decidiram agir sem pensar e sem uma avaliação abrangente do projeto encaminhado da presidente Dilma Rousseff”, analisa ele. “Os cálculos otimistas

indicam que até 2020 a produção poderá chegar a 5,4 milhões de barris por dia de petróleo, que deverá render cerca de R\$ 13 bilhões em royalties ao ano. Isso significa que não chegaríamos a 10% do PIB aplicado em educação até 2020, como projetam alguns analistas e políticos. Não sei se a medida representará, realmente, mais recursos para a educação”, ressalta Pires.

CONFUSÃO

Para o governo Renato Casagrande, o assunto ainda está um pouco confuso, “mas, até onde pudemos analisar, o que mudará, para os royalties dos campos que declararem comercialidade a partir de 3 de dezembro de 2012, será somente a destinação dos recursos e não a divisão deles”, afirmou.

Os royalties e participação especial das áreas já licitadas continuarão sendo divididos entre Estados e municípios produtores, além da União. Isso valerá enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) não decidir sobre as ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) impetrada pelos Estados do Rio e Espírito Santo. Elas tentam modificar a decisão do Congresso, que votou projeto dividindo igualmente os royalties dos atuais e futuros campos em produção.

Segundo o secretário de Desenvolvimento, Nery De Rossi, que acompanha de perto os debates, o assunto precisa ser melhor analisado porque a divisão igualitária só valeria também para os campos a serem leilados, no pré-sal.

ANÁLISE

Não irão nem 10% para a Educação

Os números divulgados por analistas mostram que, aplicando 75% dos royalties em Educação, o país não conseguirá destinar 10% para este setor do Produto Interno Bruto (PIB), que em 2012 foi de R\$ 4,403 trilhões. Hoje, o país reserva 5% (cerca de R\$ 220 milhões), e as estimativas são de que mais 1,23% do PIB seria acrescentado até 2022. A Educação precisa de mais infraestrutura e mais insumos, além de melhor remuneração para o professor. Uma pesquisa da UNB mostrou que 44% das escolas funcionam sem infraestrutura adequada.

GILDA CARDOSO DE ARAÚJO DOUTORA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E PROFESSORA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFES